



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140855 - MG (2021/0003280-7)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : GUSTAVO RIBEIRO NASCIMENTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GUSTAVO RIBEIRO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.20.562003-2/000).

O recorrente foi preso em flagrante delito, em 17 de setembro de 2020, pela suposta prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta que está sofrendo constrangimento ilegal em razão da não realização da audiência de apresentação (custódia) e da não oitiva prévia da defesa técnica, nos termos do art. 8º-A da Recomendação CNJ n. 62/2020 (fl. 185).

Requer, liminarmente, a restituição da liberdade ao recorrente e, no mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem, confirmando-se a liminar para declarar "a invalidade da conversão de sua prisão em flagrante em prisão preventiva" (fl. 187).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente